

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 5082/2009

AUTOR

**Deputado POMPEO DE MATTOS**

***Modifique-se o inciso III do artigo 7º, conforme abaixo***

*Art. 7º (...)*

*III - dispor sobre matéria de fato ou de direito, sem observar os limites do litígio.*

### **JUSTIFICATIVA**

Esta emenda suprime a expressão “do conflito” da redação original. O conceito de conflito é ambíguo e não está definido na legislação tributária. O Código Tributário Nacional sequer menciona a palavra “conflito” em sua redação. O ordenamento jurídico brasileiro não propicia, portanto, uma referência legal para que o uso do termo conflito se faça de maneira apropriada e precisa.

A inclusão desta expressão dá margem a entender que poderiam estar compreendidas discussões em que sequer exista o crédito tributário constituído.

Na fase do processo administrativo tributário, o sujeito passivo discute com o fisco, isto é, a Receita Federal do Brasil, questões de mérito e de valor quanto à constituição do crédito tributário. A discussão administrativa, por si mesma, caracteriza a “falta de entendimento entre duas partes” que, segundo o Dicionário Houaiss, define o termo conflito. E, neste caso, trata-se conflito tributário por se tratar de matéria tributária.

Da maneira como está, a redação nega sistemicamente o Código Tributário Nacional, pois, conforme reza o art. 150, inciso III, do referido diploma legal, a transação é uma modalidade de extinção do crédito tributário. Por conseguinte, a supressão da expressão em tela visa também tornar a redação compatível e não conflitante com o CTN.

Para situações em que haja divergência entre o posicionamento público e o interesse privado, ou seja, um conflito estabelecido, e ainda não haja crédito tributário constituído, já existem institutos capazes de chegar a soluções satisfatórias.

Não há, então, necessidade de incluir os conflitos, de forma generalizada, no rol das aplicações da transação.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2009.

**Deputado POMPEO DE MATTOS**